

*Para todas as coisas há um tempo;  
E há um tempo para todos o assunto debaixo do céu.*  
*Eclesiastes*  
(tradução de Frederico Lourenço)

## Capítulo 1

# Introdução

«Isto do nacionalismo não está um bocado ultrapassado? Porque não estuda a globalização?» — perguntava-me a entrevistadora com um ar sério e até, talvez, um pouco preocupado. Estávamos no ano de 2005, nas instalações do Instituto de Ciências Sociais em Lisboa, e eu encontrava-me na incómoda posição de convencer um painel de investigadores séniores, de áreas que iam da antropologia à ciência política, da pertinência da minha proposta de investigação. Concordei que sim, que talvez fosse um atavismo, mas parecia-me que as narrativas nacionalistas não só não tinham desaparecido, como até pareciam prosperar neste novo mundo hiper-conectado, apesar de já quase não haver fronteiras para as modas, empresas e instituições supra e transnacionais, nem para as crises, fossem elas financeiras ou humanas. Devo ter sido convincente, porque me aceitaram como doutoranda, dando-me a oportunidade de contribuir para a melhor compreensão desse paradoxo dos nossos dias que é o nacionalismo.

Infelizmente, creio que hoje a pergunta sobre a pertinência do meu tema não se teria colocado. No refluxo do colapso do sistema financeiro internacional, movimentos que se reclamam nacionalistas, muitos deles de cariz agressivamente xenófobo, têm vindo a ganhar visibilidade e adeptos em todos os continentes, ao ponto de abalar as fundações democráticas de alguns Estados, demonstrando quer a vocação internacionalista, quer a capacidade simbiótica desta ideologia que se tem mostrado compatível com as mais inclusivas formas de democracia, mas também com os regimes mais fechados e autoritários.

Associado a termos como «populismo» e «pós-verdade», ou escorado em demonstrações de prepotência militar, o nacionalismo aparece a alguns como uma fénix renascida das cinzas das guerras do século passado. Mas, ao contrário do mitológico pássaro, ele não chegou a morrer, apenas assumiu uma forma diferente, como aliás tem feito desde que se tornou numa das mais influentes e transformadoras crenças políticas da modernidade.

Este trabalho não trata o nacionalismo *per se*, antes se debruça sobre uma das formas que tomou esta ideologia na segunda metade do século xx, quando se cruzou com correntes ideológicas conotadas com o socialismo, num país africano, Angola, onde o «ar dos tempos» soprava a favor daqueles que se opunham ao imperialismo e ao colonialismo das potências europeias. Mais especificamente ainda, o estudo que aqui se apresenta procura captar as variantes, cambiantes e reverberações do conceito de nacionalismo na obra literária de um autor, Pepetela, que não apenas tem vindo a reflectir longamente sobre a essência de uma identidade angolana, como é um dos mais prolíficos e efectivos criadores dos mitos e epopeias que, no plano simbólico, sustentam essa identidade.

A obra ficcional de Pepetela, pseudónimo de Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos, sobressai de entre o *corpus* da literatura angolana, seja pela abundância de títulos, seja pelo importante acolhimento que tem recebido da crítica, patente na atribuição de vários prémios e distinções honoríficas.<sup>1</sup> O interesse que aqui se manifesta por Pepetela não decorre, porém, nem da qualidade artística da sua obra literária,

---

<sup>1</sup> Os primeiros romances de Pepetela, publicados em Angola pela União dos Escritores Angolanos (UEA), tiveram amplas tiragens e múltiplas reedições, dando ao escritor os primeiros prémios nacionais. A esta popularidade interna cedo se juntou o reconhecimento internacional, patente nas traduções para alemão, russo, inglês, servo-croata, búlgaro, sueco, espanhol, basco, catalão, ucraniano, italiano, francês, finlandês, holandês, grego, dinamarquês, norueguês, polaco e japonês. Entre os prémios nacionais e internacionais que recebeu destaca-se o Prémio Camões, em 1997; o Prémio Especial da Associação Paulista dos Críticos de Arte (Brasil), recebido em 1993 por *A Geração da Utopia*; o Prémio Nacional de Literatura (Angola) em 1980 e em 1984; o Prémio Prinz Claus (Holanda), recebido em 1999; o Prémio Nacional de Cultura e Artes, ganho em 2002; e o Prémio Escritor Galego Universal de 2007 da Associação dos Escritores de Língua Galega. Somam-se a esta lista várias distinções em Angola, Portugal e Brasil: Doutor *honoris causa* pela Universidade do Algarve (Portugal) em 2010; Ordem do Rio Branco da República do Brasil em 2003 e Ordem do Mérito Cultural com o grau de Comendador em 2006 (Brasil); medalha de Mérito Cívico da República de Angola em 2005, entre outras.

nem do seu reconhecimento pela academia,<sup>2</sup> antes do que se identifica como a sua qualidade sociológica, manifestada numa abordagem assídua aos temas da guerra, da identidade nacional e da utopia.

Podendo ser vistos como imbuídos de reflexão sobre temas sociologicamente relevantes, certos romances de Pepetela apresentam-se ainda como epopeias fundacionais, o que acresce à sua importância. Neste sentido, o trabalho de Pepetela posiciona-se na esteira de uma literatura angolana que, ainda antes da independência, a enuncia e anuncia. É que se a produção literária teve um papel essencial na justificação, divulgação e afirmação do ideário imperialista<sup>3</sup> — na sua «narrativização», como sintetiza Daniel Carey (2018) —, ela foi também essencial no esforço para questionar esse império e gerar «a estrutura cultural de movimentos políticos que levaram à criação e consolidação do Estado-nação» (Chabal 1994a, 14).<sup>4</sup> Desde o início que a produção literária foi considerada da maior importância pelos intelectuais ligados aos movimentos independentistas. A dureza da discussão, em inícios da década de 1960, quanto às obras

---

<sup>2</sup> Entre os mais importantes investigadores da obra de Pepetela, contam-se José Carlos Venâncio (1992; 2008), Ana Mafalda Leite (1995; 1996; 2002), Pires Laranjeira (1995; 2001), Inocência Mata (1999; 2001; 2002; 2007; 2012), Rita Chaves (2002; 2004; 2005), Antonio Hildebrando (2002; 2006), Benjamim Abdala Junior (2002), Carmen Lúcia Tindó Secco (2002, 2003, 2010, 2017) e Frank Marcon (2005; 2010). Esta lista está muito longe de ser exaustiva, apenas contemplando investigadores que, por sua vez, têm orientado inúmeras teses de mestrado e doutoramento sobre a obra do autor angolano.

<sup>3</sup> Uma obra já considerada clássica, apesar de muito contestada, a respeito deste tema, é *Culture and Imperialism* (1993), onde Edward Said desvela o imperialismo implícito em obras canónicas da cultura ocidental. Num registo menos *engagé*, salientam-se os trabalhos do historiador John MacKenzie (1986 e 1995). Para uma revisão recente, veja-se Carey (2018).

<sup>4</sup> Os investigadores que se dedicam ao estudo das literaturas africanas em língua portuguesa são unânimes em reconhecer a importância destas para a consciencialização das identidades nacionais. A título de exemplo, Alfredo Margarido defende que a emergência de uma consciência nacional está «estritamente ligada à literatura» (1988, 58) e José Carlos Venâncio descreve a dificuldade em destringir a evolução da literatura «da reivindicação de um estatuto nacional por parte dos produtores textuais» (1992, 61). No mesmo sentido, Pires Laranjeira considera que o percurso de desenvolvimento das literaturas africanas de língua portuguesa passa, desde a primeira obra publicada em 1849, pela construção do ideal nacional no discurso (2001, 37), referindo que «antes da independência nacional, a autonomia literária é irreversível, não só porque a anuncia, mas também porque ajuda a constituí-la» (2001, 55).

que deveriam incluir-se nos ainda incipientes espólios das literaturas já chamadas nacionais, ou serem deles excluídos, revela bem a gravidade que rodeou a definição destes *corpora* — vejam-se os prefácios escritos por Alfredo Margarido para as antologias de poesia editadas pela Casa dos Estudantes do Império entre 1960 e 1963, exigindo uma poesia crítica e interveniente em relação à situação colonial.<sup>5</sup> Também a criação em Angola, apenas um mês após a independência, de uma editora dedicada à publicação de certos escritores ligados à luta independentista, a União dos Escritores Angolanos (UEA), patenteia o interesse que rodeou a produção literária. Esta não era considerada inócua, mas antes, pela possibilidade que abria de produzir e difundir as narrativas essenciais à criação de um imaginário colectivo, vista como um meio privilegiado de reivindicação e de consolidação do Estado-nação em Angola.

Pelo modo como ficcionou mitos de origem e narrativas da fundação em vários dos seus romances, pode situar-se a obra de Pepetela no âmbito deste empreendimento de enunciação da nação, que eventualmente se plasmará no estabelecimento de um *corpus* de literatura nacional. Não estando este ainda estabilizado, não é abusivo sustentar que certas obras de Pepetela têm já lugar entre a plêiade de narrativas fundadoras que, como se discutirá adiante, são elementos constitutivos da criação e consolidação da identidade nacional: Venâncio considera Pepetela um «construtor da angolanidade» (1992, 95) e Pires Laranjeira já o inclui entre os «clássicos africanos» (2001, 28-29), enquanto David Birmingham o considera «um dos mais imaginativos historiadores de Angola» (2007, 14). Simultaneamente, identificam-se na obra literária de Pepetela elementos para uma reflexão sociológica sobre esta mesma nação angolana, nomeadamente sobre a forma como ela se articula com um projecto político de orientação utópica e de cariz socialista revolucionário, bem como com a persistência de uma guerra que, uma vez afastado o colonizador, se prolongou como guerra civil durante mais de duas décadas.<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> Nas palavras de Margarido, «esta poesia só pode ter como objectivo, em primeiro lugar, uma função didáctica e, para alcançar este desiderato, terá de estruturar e radicalizar as necessidades das massas, para revelar, com base em tais elementos, os objectivos propriamente históricos para que deve tender a movimentação social.» (1994b [1962], 127; ver também 1994a [1960] e 1994c [1962]).

<sup>6</sup> Nos anos de 1950 começaram a tomar forma os movimentos independentistas angolanos, que na década seguinte passam ao confronto armado: em 4 de

## Sociologia e literatura

A proposta de estudar, com base na sociologia, a obra literária de Pepetela, enquanto instância de enunciação de uma narrativa da nação, assenta num pressuposto sobre o qual vale a pena reflectir, ainda que brevemente — o de que é possível considerar certas descrições literárias como sociologicamente significativas. Fazer hoje referência a uma afinidade entre sociologia e literatura pode ser surpreendente, quando estes dois domínios do saber são entendidos como claramente diferenciados. Seja nos problemas que afrontam, seja relativamente à natureza e ao rigor dos seus métodos, sociologia e literatura surgem como campos marcados por uma oposição aparentemente irreductível — de um lado dominaria a emoção estética, do outro a razão científica. «Habitúamo-nos a entender o discurso da literatura e o das ciências sociais como discursos distantes [...], um centrado em proporcionar explicações empíricas sobre a ‘realidade’, e o outro sobre explorações ou representações ‘fictícias’ de temas tomados dessa realidade», como refere um autor que faz uma síntese deste tema, realçando ser esta distinção «infeliz e artificial, principalmente para uma perspectiva sociológica de orientação mais interpretativa do que causal» (Goldman 1988, 7-8).<sup>7</sup>

Nem sempre, porém, a distinção entre sociologia e literatura foi sentida com esta acuidade. É possível situar o momento da ruptura

---

Fevereiro de 1961 eram assaltadas as prisões de Luanda, uma acção posteriormente reivindicada pelo MPLA; em 15 de Março do mesmo ano a UPA iniciava na região Norte um massacre que atingiu tanto a população branca como os trabalhadores — os chamados contratados — negros. A reacção de Salazar rejeitou qualquer diálogo com os movimentos ditos nacionalistas, dando início a uma guerra marcada tanto por cisões ideológicas como por problemas de ordem étnica, e que viria a terminar num complexo processo de descolonização, já após a revolução de 25 de Abril de 1974 e a queda do regime ditatorial em Portugal. A independência de Angola não significou, porém, o termo dos confrontos militares, já que o envolvimento progressivo das duas superpotências, Estados Unidos e União Soviética, no processo de descolonização, levou a um prolongamento das hostilidades numa longa guerra civil. Com um breve intervalo no início da década de 1990, a guerra opondo o partido no poder, o MPLA, à União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), de Jonas Savimbi, prolongou-se até à morte deste, já neste século, à qual se seguiu a assinatura do memorando de Luena, em 2002.

<sup>7</sup> A tradução desta citação, bem como de todas as outras citações de textos em línguas estrangeiras ao longo deste trabalho, é da responsabilidade da autora.

em meados do século XIX, época em que tanto a sociologia como a literatura aspiravam à descrição e compreensão do social. Na tentativa de se impor como domínio científico, a sociologia terá então, como refere Wolf Lepenies, buscado a aproximação aos métodos de uma ciência experimental em ascensão, de orientação quantitativa e determinista.<sup>8</sup> A distinção artificial que desde então se estabeleceu entre sociologia e literatura não afectou, porém, todos com a mesma intensidade. Pode mesmo dizer-se que ela foi em grande medida ignorada por certos autores, hoje canónicos, cuja atenção se focou nas formas imateriais, entendidas como preponderantes. Pense-se na importância que Georg Simmel e Max Weber atribuem à obra de Goethe, na qual o segundo identifica uma ideia que faz história no pensamento sociológico, a de uma «motivação radicalmente ascética do estilo de vida burguês» (1996, 139). Ou no modo como Norbert Elias identifica nos livros de boas maneiras uma concepção da sociedade e mesmo uma certa análise sociológica (2006 [1969]). Ou, no sentido inverso, na forma como Frantz Kafka toma do sociólogo Alfred Weber conceitos, que transforma em imagens ficcionais.<sup>9</sup> Considerando autores mais recentes, pense-se no modo como Kenneth Burke viu na interpretação das linguagens e das estruturas narrativas um empreendimento central para a compreensão da sociedade, aproximando sociologia e literatura (1970 [1961]),<sup>10</sup> ou como

---

<sup>8</sup> A rivalidade com a literatura permite encontrar uma justificação para a aproximação de muitos sociólogos a certos procedimentos das ciências naturais, que em certa medida constituiu uma estratégia de diferenciação e legitimação académica. Lepenies refere a este respeito que «as ciências sociais, sobretudo em França e na Inglaterra, procuraram ganhar pontos na luta por uma reputação académica imitando as ciências naturais. A proximidade, e frequentemente a competição, da literatura levaram à intensificação dessa estratégia» (1988, 7). Como nota o sociólogo, em relação à obra de um Balzac, que ironicamente se auto-intitulava «*docteur en sciences sociales*», os sociólogos tinham pouca ou nenhuma oportunidade de brilhar. Pois, «que sociólogo de meados do século XIX poderia competir com a perspicácia analítica do romancista e com a sua ‘ciência social’ — já para não falar em competir com a arte das suas descrições?» (*Idem*, 4-5)

<sup>9</sup> Retomando o trabalho de um investigador da década de 1970, Austin Harrington analisa exaustivamente as relações entre um famoso conto de Frantz Kafka, «Na Colónia Penal», e um ensaio poucos anos anterior de Alfred Weber, «O Funcionário Público», notando o modo como certas expressões e imagens transitam de um texto para o outro (2007, 42-47).

<sup>10</sup> Burke reconhece uma série de afinidades entre a sociologia e a literatura, na medida em que ambas constroem enredos e se socorrem de símbolos para descrever

Walter B. Gallie leu Tolstói como filósofo da guerra (1978, 100-132).<sup>11</sup> Ou ainda na forma como Marshall Berman viu em Goethe, Baudelaire e Dostoiévski teóricos da modernidade (1989 [1982]), cuja reflexão surge como essencial para compreender as declinações desse conceito.<sup>12</sup>

Certos trabalhos de Weber, Simmel, Elias e Burke, bem como de Walter Benjamin (2007 [1938]) e outros, ilustram uma das formas possíveis de contribuir para o que poderia designar-se por «sociologia na literatura». Outra possibilidade, mais próxima do que hoje se entende por sociologia, é a que tem sido referida como «sociologia da literatura», que Lewis Coser vê como «uma área de estudo especializada que centra a sua atenção nas relações entre uma obra de arte, o seu público e a estrutura social na qual é produzida e recebida» (1963, 4). Segundo Coser, o contributo da sociologia para a compreensão da literatura reside no modo como por meio desta pode «explicar-se» a emergência de uma certa obra de arte num tipo de sociedade específico, «bem como os modos como a imaginação criativa do escritor é moldada por tradições culturais e relações sociais» (*Idem*, 4). Note-se que Coser não descarta a hipótese de compreender as relações sociais através da literatura. É aliás esta segunda possibilidade que o move, constituindo o original *Sociology Through Literature* uma tentativa de chamar a atenção para o potencial sociológico de certa literatura. E num texto posterior Coser mostra os dois modos de compreensão como interligados. Afirma então que «se o sociólogo da literatura, como qualquer outro sociólogo de valor, quiser

---

acontecimentos, ambas estão atentas ao que as pessoas dizem e, finalmente, o que ambas dizem tem consequências sociais.

<sup>11</sup> Gallie defende a inclusão de Tolstói entre os «filósofos da guerra», juntamente com Kant, Clausewitz, Marx e Engels, com o argumento de que a diferença de pontos de vista e de modos de aproximação constitui uma vantagem, «complementando-se admiravelmente as suas abordagens». Para Gallie, os métodos são de menor importância, já que «as questões, métodos e abordagens de homens altamente inteligentes possuem sempre um âmbito de relevância muito alargado» (1978, 2-3).

<sup>12</sup> Os vários ensaios que compõem *Tudo o que é Sólido se Dissolve no Ar* constituem uma tentativa de compreender as forças contraditórias que agem na modernidade, sendo o argumento central do livro que «os modernismos do passado podem devolver-nos o sentido das nossas próprias raízes modernas, raízes que nos remetem a duzentos anos atrás». Para Berman, ao recuperar o pensamento de «Marx e Nietzsche e Baudelaire e Dostoiévski», estamos a aprender, «não tanto sobre o tempo deles, como sobre o nosso próprio tempo» (1989 [1982], 39-40).

contribuir para a interpretação do passado e do presente dos seres humanos em sociedade, ele, ou ela, não pode ignorar o conhecimento que o material literário lhe proporciona. Porém, a compreensão das mensagens literárias é forçosamente aprofundada se formos capazes de descodificá-las, relacionando-as com a situação histórica, com a audiência, com o círculo de admiradores e detractores no qual a obra literária se move» (1989, 28).

A definição de Coser ilustra exemplarmente uma das orientações dominantes numa sociologia da literatura que não está propriamente definida como área científica. A este respeito, os editores de *Literature and Social Practice*, uma antologia de textos de sociologia da literatura, afirmam que esta «não constitui um campo estabelecido nem uma disciplina académica», reconhecendo ainda que «ao conceito enquanto tal falta clareza intelectual e institucional» (Desan, Ferguson, Griswald 1989, 1). Sendo «inerentemente transdisciplinar», argumentam, a sociologia da literatura é, paradoxalmente, sempre praticada com base num determinado campo académico, de tal modo que se torna possível identificar tendências: por um lado uma abordagem centrada nos livros e nos textos, próxima da crítica literária, e uma abordagem que se considera mais sociológica, centrada nas instituições e nos canais de produção e distribuição; e, por outro lado, a tensão entre uma abordagem mais teórica e outra mais empírica (*Idem*, 2-4).<sup>13</sup> Sendo útil, esta classificação da sociologia da literatura dificilmente acomoda projectos de maior complexidade, como o de Norbert Elias (2006), onde nenhuma destas abordagens é seguida em exclusividade. De acordo com González García, Elías usa a literatura para exemplificar a suas propostas teóricas, ao mesmo tempo que analisa aprofundadamente um sub-género literário, os livros de boas maneiras, contribuindo ainda para uma sociologia da literatura

---

<sup>13</sup> No mesmo sentido, Héctor Romero Ramos e Pablo Santoro Domingo, que recentemente apresentaram uma sistematização dos desenvolvimentos na área, identificam duas tendências na sociologia da literatura: «Por um lado, uma aproximação ‘internalista’, centrada no conteúdo das obras, de forte teor teórico e idealista, que aproxima de certo modo a sociologia da literatura da sociologia do conhecimento, levando ao estabelecimento de um enfoque metateórico vinculado à história das ideias e da cultura. Por outro lado, um enfoque ‘externalista’, de inclinação empírica, que atenta às formas sociais de produção e consumo literário, e cujo emprego mais significativo actualmente está representado na sociologia do campo literário de Pierre Bourdieu e dos seus discípulos» (2007, 199).



no sentido em que faz uma análise das origens sociais da obra literária e em que descobre uma análise sociológica dentro das obras literárias (1994, 59). Estas palavras poderiam aliás usar-se a propósito de um outro discípulo de Karl Mannheim, Arnold Hauser, cuja obra ilustra a fluidez das fronteiras entre história, sociedade, arte e literatura (1951).

Abre-se assim mais uma possibilidade, que consiste em iluminar as pontes que se formam entre os dois domínios do saber, sociologia e literatura. Esta linha surge ilustrada no trabalho de José Maria González García que, em *Las Huellas de Fausto*, analisa a relação de Max Weber com a obra de Goethe, bem como no estudo de Goldman atrás citado, que procura deslindar as influências recíprocas entre a obra de Weber e a do escritor Thomas Mann, ou ainda no de Sandy Petrey (1989) sobre a influência de *La Comédie Humaine* de Balzac em certos trabalhos de Karl Marx. No trabalho destes autores, não se faz tanto uma «sociologia na literatura» ou uma «sociologia da literatura», mas antes uma «sociologia e literatura», expressão que sugere alguma forma de tensão entre esses dois polos, criando um espaço intersticial que consideramos interessante para a prossecução de uma investigação como aquela que aqui se propõe.

\*

Vem esta reflexão sobre uma afinidade entre sociologia e literatura, e sobre o acolhimento desta relação numa área académica bastante indefinida no seu âmbito e nos seus limites, a propósito da literatura angolana. Em particular, a propósito do modo como na obra literária de Pepetela podem ver-se enunciados temas marcadamente sociológicos — circunstância a que não será alheia a formação do escritor em sociologia.

Se a aproximação da ficção à descrição sociológica constitui um traço marcante da literatura angolana, na obra de Pepetela essa relação é especialmente intensa e profícua.<sup>14</sup> Contrariamente ao que

---

<sup>14</sup> A este respeito, a especialista em literaturas africanas Inocência Mata refere que a literatura dos países africanos ex-colonizados revela uma propensão para se aproximar das ciências sociais, acabando «os referenciais literários, em princípio apenas ficcionais, por enunciar problemáticas (políticas, ético-morais, socioculturais,

poderia esperar-se num país que viveu uma «guerra interminável», a violência armada poucas vezes é ficcionada na prosa angolana das décadas de 1980 e 1990, sendo a este respeito excepcional a obra de Pepetela. Nesta, é com assiduidade e profundidade que é tratado um fenómeno que é «em si mesmo, sociologicamente interessante», como nota Raymond Aron (1967, 257), sendo significativo que a certa altura a guerra seja abordada de uma perspectiva que se reclama do marxismo, uma «das grandes doutrinas sociológicas» que tem o seu centro «em torno dos fenómenos da guerra e da violência», para continuar a citar o sociólogo francês (*Idem*, 257).

A incidência continuada no tema da guerra, que se considera enforme na obra de Pepetela uma reflexão sobre a violência armada, articula-se repetidamente com um outro tema sociologicamente interessante, o da nação. Tendo desde cedo a literatura angolana sido chamada a enunciar essa nação, em nome da qual se travou, em Angola como noutras partes da Ásia e de África, a luta contra o domínio colonial das potências europeias, em Pepetela este apelo teve resposta no que se entende como um pensamento sobre as origens, plasmado em narrativas de pendor histórico e mitificante.

A uma atenção aos temas da guerra e da nação, bem como da nação em guerra, acresce, na obra de Pepetela, uma problematização da articulação entre a identidade nacional e as muitas vezes denominadas «etnias» — termo que será usado ao longo deste trabalho (bem como os derivados «étnico», «etnicidade», etc.) pela sua simplicidade relativamente a outras designações, porventura mais correctas, e sem ignorar a sua carga semântica.<sup>15</sup> Esta questão atravessa a ficção de

---

ideológicas e económicas) que seriam mais adequadas ao discurso científico *strictu sensu*» (2007, 27-28). Mata acrescenta que «talvez devido à natureza recente e por vezes ambígua das instituições do saber nas sociedades africanas, a literatura acaba por ser subsidiária de saberes que as Ciências Sociais e Humanas proporcionam» (2007, 27-28).

<sup>15</sup> Uma designação mais correcta seria a de «identidades colectivas parcelares» (Carvalho, R. 1988), que, sendo mais fiel à complexidade do fenómeno que nomeia, se torna pouco versátil para ser usada no texto. A referência a «etnias» não implica falta de consciência relativamente às reticências que o uso do termo levanta, em resultado de terem sido pensadas demasiadas vezes como exactamente delimitadas, não se levando em consideração a fluidez dos limites que separam (ou ligam) os diferentes grupos identitários, tanto no que se refere ao espaço, como à língua e aos costumes. Esta delimitação resultou muitas vezes, como refere Carvalho, de uma instrumentalização, na medida em que «as unidades propostas como referências

Pepetela desde *Mayombe*, matizando as já mencionadas narrativas das origens.

\*

No sentido de captar as concepções sociológicas que perpassam as obras literárias de Pepetela tratadas neste estudo, considera-se importante situá-las num contexto. Sem querer reduzir o exercício da interpretação à contextualização, o que seria redutor, pensa-se que inserir os textos numa determinada situação histórica e num ambiente político e social específico constitua uma parte significativa deste trabalho. Como bem salienta Luís Filipe Thomaz a propósito da escrita da história,

Ainda que não seja deformante, a memória do passado é pelo menos selectiva, função dos interesses dominantes no presente — no presente da escrita, que para nós é, as mais das vezes, um passado. Oficiosa, contestatária ou mais ou menos neutra, essa memória é, assim, parte integrante da ideologia (no sentido lato do termo) de cada época, e como tal há-de ser estudada. (1991, 81)

Seguindo em certa medida o mote «ideias em contexto», o contexto de escrita de cada um dos livros abordados — político, militar, económico, social e ideológico — será explorado na medida em que tal contribua para a identificação e melhor compreensão das concepções e dos conceitos neles presentes. Importa esclarecer que não se pretende explicar o texto a partir do contexto — para usar a expressão de Coser —, vendo na obra literária um reflexo das condições sociais, políticas, económicas e ideológicas em que decorreu a sua criação, o que implicaria que a relação entre texto e contexto fosse de tipo causal, ou que a literatura constituísse a expressão directa da ideologia e dos interesses de um grupo. Crê-se, porém, que atentar nesse contexto contribua significativamente para a compreensão da obra, nomeadamente por permitir ver em certas ideias tomadas de posição num diálogo — uma possibilidade que será discutida mais à frente.

---

etno-linguísticas pela administração colonial correspondiam, de forma muito evidente, mais a uma necessidade de ordem administrativa do que a uma substância sociologicamente inteligível» (2008, 330).

Sendo este um estudo que tem como campo de análise a obra literária de Pepetela, salienta-se que entre os seus objectivos não assume especial relevância o de explicar a sociedade em que foi produzida. Ao mesmo tempo que se acolhe como feliz a possibilidade de com o estudo se estar a contribuir para a melhor compreensão dessa sociedade, do ponto de vista da metodologia a literatura não será aqui usada para ilustrar fenómenos sociais. Fazer uma história das ideologias em Angola não consta tampouco entre as prioridades deste trabalho, caso em que o objecto preferencial de estudo seriam os discursos políticos e, na área da literatura, a chamada literatura de combate, géneros que partilham tanto o serem tendencialmente unívocos como a grande dependência em relação ao contexto em que foram proferidos ou produzidos, uma dependência de que resulta serem poucas vezes capazes de produzir sentidos fora desse contexto muito restrito.

Em resultado da metodologia seguida, neste trabalho a história assume por vezes grande relevância. Importa esclarecer que com ele não se espera contribuir para o que pode chamar-se história factual, fazendo uma revisão da história de Angola à luz da literatura. Isto embora não se descarte a possibilidade de, com o estudo das obras literárias, contribuir para a «inteligibilidade da história», para usar a expressão de Marc Ferro, que em *O Ressentimento na História* refere a intenção de se debruçar sobre uma série de escritores — Rousseau, Dostoievski, Camus, Céline — em cuja obra considera ter-se operado «uma espécie de fusão» entre a experiência pessoal e o olhar sobre a sociedade, de tal modo que através deles se torna possível aceder a uma compreensão de épocas passadas (2009, 7). Sobre o espaço intersticial em que se situa este trabalho vale a pena citar o historiador Don Doyle que, a propósito do seu trabalho em *Faulkner's County*, afirmou:

Tenho vindo a aperceber-me das limitações da pesquisa histórica empírica para, sozinha, levar à compreensão do passado. Disse várias vezes aos meus amigos da literatura que Faulkner é demasiado importante para ser deixado unicamente aos académicos dos estudos literários. O que aprendi com Faulkner é que a história, a interpretação do passado, é demasiado importante para ser deixada unicamente aos historiadores. (2001, 6)

O que se pretende então é perceber as narrativas de Pepetela como processos de constituição de mitos, imagens, crenças, genealogias, ideias, estórias e conceitos que dizem respeito à nação, à guerra e à utopia. Estas narrativas fixam-se num suporte — o romance — que genericamente se caracteriza tanto pela disposição para conjugar múltiplos níveis de significado, como pela aptidão para suportar paradoxos, revelando ainda, e sobretudo, a capacidade de produzir sentidos fora do contexto em que foi elaborado. Se esta é uma afirmação que precisa de ser vista em maior detalhe pelo que pressupõe relativamente à interpretação dos textos literários — algo que se fará de seguida —, é porém sobre ela que assenta a justificação desta tese: o interesse de estudar, na sua faceta mais relacionada com o pensamento político, os romances de Pepetela, justifica-se por eles continuarem, ainda hoje, a produzir sentidos, constituindo importantes meios de construção da «comunidade política imaginada», para usar a feliz expressão de Benedict Anderson (2005). E note-se que a importância desta Angola imaginada não decorre da sua veracidade, digamos, histórica, ou factual. O sociólogo norte-americano Craig Calhoun critica precisamente o que chama a escorregadela de certos autores que, depois de mostrarem o carácter construído, e mesmo falsificado, de certas narrativas fundadoras das identidades nacionais, passam à sugestão de que as nações não são reais. Para Calhoun, «as tradições não se tornam menos reais por serem inventadas», sendo «sociologicamente incorrecto pensar que a realidade das nações depende da veracidade das suas auto-representações colectivas» (2007, 40-46).

Este ponto é essencial para compreender a perspectiva aqui adoptada relativamente ao estudo e à interpretação de cada obra, aliando à ressalva da sua autonomia literária o pressuposto da importância política do campo cultural, na medida em que é neste último que se produzem as narrativas que vão contestar ou apoiar a existência de entidades políticas tais como a nação. O que está então em questão no trabalho que se pretende desenvolver é nada menos que o processo de formação do Estado-nação em Angola, que é na literatura objecto de reconstituição ficcional.

## De *Mayombe* à *Parábola do Cágado Velho*

A prossecução do objectivo desta tese obrigou a que se procedesse a uma cuidadosa identificação e delimitação do seu objecto de estudo. Da já vasta obra de Pepetela<sup>16</sup> destacam-se cinco títulos de especial relevância para a compreensão do imaginário da nação, cuja análise se propõe que sirva de âncora a esta investigação: *Mayombe* (1971-1980), *Yaka* (1984), *Lueji. O Nascimento de um Império* (1989), *A Geração da Utopia* (1992) e *Parábola do Cágado Velho* (1996).

O primeiro, *Mayombe*, é considerado o primeiro romance angolano sobre a chamada «Luta de Libertação», nele se ficcionando a actuação de um grupo de guerrilheiros do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) no enclave de Cabinda. Foi escrito por Pepetela nesse mesmo palco de operações, para onde havia sido transferido a seu pedido, vindo de Argel, onde já desenvolvia actividade militante a favor do MPLA. Escrito entre os anos de 1970 e 1971, ainda antes da independência de Angola, nele se encontram refractadas algumas das principais questões políticas da época: a opção do MPLA por uma ideologia de cunho marxista-leninista, que se combina com a necessidade de discursivamente dar forma à nação cuja independência serve de mote à luta; a defesa de uma unidade nacional que se percebe ameaçada pela persistência de identidades colectivas parcelares e a opção pela violência como meio de difusão da mensagem nacionalista.

---

<sup>16</sup> As obras de Pepetela foram cronologicamente ordenadas por Dutra em 2003, tendo em consideração o ano de escrita, que nem sempre corresponde ao de publicação: *Muana Puó* em 1969, *Mayombe* entre 1970 e 1971, *As Aventuras de Ngunga* em 1973, *A Corda* em 1976, *A Revolta da Casa dos Ídolos* em 1978, *O Cão e os Caluandas* entre 1978 e 1982, *Yaka* em 1983, *Lueji, o Nascimento de um Império* entre 1985 e 1988, *Luandando* em 1990, *A Geração da Utopia* desde 1972, *O Desejo de Kianda* em 1994, *Parábola do Cágado Velho* desde 1990, *A Gloriosa Família* em 1997, *A Montanha da Água Lilás* em 2000 e *Jaime Bunda, Agente Secreto* em 2001. Desde então Pepetela já escreveu outros romances e publicou várias colectâneas de crónicas: uma seqüela das aventuras de Jaime Bunda publicada em 2003 — *Jaime Bunda e a Morte do Americano* —; *Predadores*, publicado em 2005; *O Terrorista de Berkeley, Califórnia*, em 2007; *O Quase Fim do Mundo*, em 2008; *O Planalto e a Estepe*, publicado em 2009; em 2011 *A Sul. O Sombreiro e Crónicas com Fundo de Guerra*; em 2013 *O Tímido e as Mulheres*; em 2015 *Crónicas maldispostas*; em 2016 *Se o Passado Não Trovesse Asas*; e em 2018 *Sua Excelência, de Corpo Presente*. Em 2008 foi publicado um livro de contos — *Contos de Morte* — que seriam anteriores a qualquer outra obra de Pepetela, escritos enquanto estudante em inícios da década de 1960.

A segunda obra que nos propomos analisar é *Yaka*. Escrita mais de dez anos depois de *Mayombe*, na primeira metade da década de 1980, *Yaka* romanceia o percurso, através de várias gerações, de uma família de origem portuguesa em Angola, interrogando-se sobre a pertença da população branca de origem portuguesa à nação angolana. Esta narrativa entrelaça-se com outra, mais profunda, sobre a origem da nação e o lugar nela ocupado pelos vários grupos sociais, raciais e étnicos. O maior interesse do romance decorre, porém, da concepção que nele pode perceber-se da violência como força criadora do laço que sustenta a nação.

O tema da origem da nação é retomado em *Lueji*, que também prossegue a procura de um mito capaz de sustentar a identidade nacional. Escrito em finais da década de 1980, percebe-se neste romance uma mudança no modo de articular a identidade nacional com as identidades colectivas parcelares, equacionando-se ainda uma abertura aos antes depreciados costumes e tradições. Especialmente importante é a mudança que se opera na compreensão da guerra, sendo o uso da violência depreciado relativamente à capacidade de estabelecer regimes políticos estáveis e inclusivos.

*A Geração da Utopia* é a quarta obra que se propõe para este estudo. Publicada em 1992, constitui uma importante narrativa onde se vislumbram elementos de crítica relativamente ao processo da independência. Representando uma viragem, em vários domínios, no percurso literário de Pepetela, *A Geração da Utopia* é um romance caracterizado pelo sentimento de descrença, essencialmente quanto ao MPLA e à sua legitimidade perante o governo, mas também quanto à heroicidade da guerra. Nele se percebe uma mudança quanto ao modo como é ficcionada a guerra anti-colonial angolana, agora iluminada por um sentimento de derrota. Este sentido da guerra como calamidade é aprofundado na última obra de Pepetela que nos propomos analisar, *Parábola do Cágado Velho*. Publicada em 1996, em plena guerra civil (depois do breve período de paz de 1991-92), nela se descrevem, do ponto de vista das populações rurais, as vicissitudes de um conflito que se mostra incompreensível para as personagens. Significativamente, emerge deste romance uma nova concepção da heroicidade, assente na capacidade de compreender e perdoar.

Do ponto de vista da contextualização histórica, as obras escolhidas para análise abrangem o período inicial de construção do Estado-nação em Angola — desde a independência até final da década de

1990 —, marcado pela onnipresença da guerra, quer como memória ainda fresca da chamada Luta de Libertação, quer como guerra civil que condicionou e moldou todos os outros aspectos da vida dos angolanos. A situação angolana alterar-se-ia substancialmente após a morte de Jonas Malheiro Savimbi, em Fevereiro de 2002, e com o fim de quatro décadas de violência armada. As mudanças trazidas pelo fim da guerra em Angola podem ser compreendidas, como sustenta Ricardo Soares de Oliveira, como tendo aberto um novo ciclo, marcado por ambições, desafios e problemas próprios.<sup>17</sup> Esta circunstância fortalece a decisão de concentrar a atenção deste trabalho no período que se segue à independência, marcado pela articulação estreita entre Estado, nação, guerra e ideologia, uma ideologia que começou por tomar os contornos de formação utópica de rasgo socialista e que, após o período eleitoral de 1991-92, se transmutou numa utopia liberal de mercado que encobre uma plutocracia cleptocrática — o que, parecendo excêntrico, não é de modo algum incomum, a ter em conta as transformações que ocorreram num país como a China, desde a Revolução Cultural, plasmadas no conceito de «comunismo de características chinesas».

## Em torno da interpretação dos textos literários

A ideia de que os textos de cariz literário são capazes de produzir sentidos fora do contexto — social, literário, político ou ideológico — em que foram produzidos, de que os textos literários podem ser interpretados de forma diversa em diferentes épocas e por diferentes leitores, que neles encontrarão, não obstante a diferença de contexto, significados válidos, é basilar para esta tese. É-o tanto no que se refere à justificação do objecto de estudo — a escolha das obras literárias em detrimento de outro tipo de documentos — como no

---

<sup>17</sup> Ricardo Soares de Oliveira sustenta que se iniciou com a paz um período de «prosperidade económica sem precedentes» em Angola, alavancado por «um dos mais espectaculares processos de reconstrução das últimas décadas» e acompanhado de um reposicionamento no sistema internacional, passando o país a ser tratado como «potência emergente» (2015, 21-23). Note-se que o autor não advoga nenhuma versão radical do cesurismo, salientando que apesar da dimensão impressionante das recentes transformações a Angola do pós-guerra é herdeira de uma história complexa, à qual aliás dedica um capítulo próprio (2015, 25-44).



que respeita à metodologia a adoptar na análise dessas mesmas obras literárias, atenta à contextualização mas não confinada a ela. Esta é uma ideia que merece reflexão, pelo que se impõe uma muito breve incursão na teoria da interpretação.

A questão da interpretação dos textos literários pode colocar-se da seguinte forma: um determinado autor, movido por determinadas convicções e motivações, escreve, em determinadas circunstâncias e com determinada intenção, um texto. Levanta-se a seguinte interrogação: será necessário refazer o percurso do autor, determinar as suas intenções, para compreender o texto? E, por outro lado, será que a compreensão que advém de um conhecimento baseado no sentido do texto iluminado pelas intenções do autor é a única que urge buscar?

O leque de posicionamentos perante esta questão é suficientemente alargado para impossibilitar que todos, ou sequer os mais significativos, sejam aqui considerados — pense-se em como Susan Sontag postula a impossibilidade da interpretação (2004 [1961]), ou na forma como Umberto Eco a certa altura reduz o esforço de interpretação à busca da intertextualidade (2004 [1990], 2002). Têm-se por isso em consideração apenas duas destas tomadas de posição, que têm a vantagem de entrar em diálogo entre si, permitindo uma reflexão sobre as implicações metodológicas resultantes de tais posicionamentos.

A primeira posição aqui considerada é a do historiador britânico Quentin Skinner que, num conjunto de ensaios dedicados aos problemas e debates teóricos, publicado sob o título *Visões da Política*, responde às interrogações acima colocadas de uma forma que, embora por vezes ambígua, é genericamente afirmativa, sustentando que a compreensão dos textos passa, em larga medida, pela reconstituição das intenções dos seus autores. Uma posição que implica, como refere Diogo Ramada Curto na nota de apresentação da edição portuguesa da obra, que o estudo dos textos literários seja sobretudo um trabalho de contextualização, residindo o interesse desta tarefa na compreensão de épocas diferentes da nossa. Assim, para Skinner, a reconstituição do significado dos textos implica «uma investigação acerca dos usos devidamente contextualizados da linguagem, bem como uma recuperação das intenções do seu autor, no acto em que proferiu ou escreveu esse mesmo discurso» (Curto 2005: xv).

Segundo Skinner, compreender um texto passa por situar a escrita num determinado contexto argumentativo.<sup>18</sup> Um posicionamento teórico que, quando aplicado, tem indubitavelmente levado à realização de obras de grande interesse no campo da história do pensamento político. Diogo Ramada Curto salienta os projectos editoriais *Ideas in Context* e *Cambridge Texts in the History of Political Thought*, ambos contando com a colaboração muito estreita de Quentin Skinner, a quem, por outro lado, se devem excelentes trabalhos individuais, como os relativos ao pensamento de More e de Hobbes.

Sem querer pôr em causa o mérito da metodologia desenvolvida por Skinner para este tipo de análise histórica, pode questionar-se se a única utilidade do estudo dos textos literários será então a de aumentar a compreensão de épocas que não a nossa. Não poderão os textos dizer ainda algo mais, não poderão responder às questões de hoje? Será que não podem dar-nos nada para além de informações relativas ao contexto em que foram escritos? Ou, pondo a questão de forma mais concreta, não poderão os actuais leitores, por exemplo, das tragédias gregas clássicas, encontrar nelas senão informação sobre o contexto religioso, político e social do tempo de Sófocles? Será que — sem pôr em questão que, com a devida contextualização, esses textos podem tornar-se ainda mais expressivos — estes leitores não podem ser tocados pela mensagem que aí descobrem? A questão talvez se torne mais clara tomando em consideração textos de cariz religioso. Será possível afirmar que a leitura do *Novo Testamento* não serve senão o propósito de informar sobre a época em que foi escrito, ou à qual reporta?

A resposta pela negativa a todas estas perguntas, no mínimo limitadora relativamente às potencialidades do texto para comunicar, é, porém, a defendida por Skinner, quando define que o seu objectivo quanto ao estudo dos textos do passado consiste na compreensão desse mesmo passado. À ênfase posta pelo autor na tarefa da contextualização corresponde a convicção de que o objectivo do estudo

---

<sup>18</sup> Neste sentido Skinner afirma que a «grande aspiração» do seu método é permitir «recuperar a identidade histórica dos textos individuais na história do pensamento. O objectivo é olhar para esses textos como contribuições teóricas para determinados discursos e, desse modo, identificar de que forma estariam a apoiar ou a desafiar ou a subverter os termos convencionais desses discursos. De uma forma geral, pretende-se integrar as obras nos contextos culturais específicos em que foram originalmente produzidas» (2005 [2002], 175).

dos textos é de cariz puramente histórico, consistindo em aumentar a compreensão das ideias específicas de uma certa época.<sup>19</sup> A linha de pensamento seguida por Skinner vai então do texto enquanto processo de comunicação inserido num determinado contexto à incapacidade desse texto para ultrapassar o seu contexto de produção. O autor defende que, na medida em que «qualquer afirmação representa forçosamente a declaração de uma intenção específica numa ocasião particular, concebida com o intuito de solucionar um dado problema», ela está «de tal forma adscrita ao seu contexto que, no mínimo, será ingénuo tentar transcendê-lo», sendo uma das implicações desta asserção que os textos clássicos não podem senão responder às suas próprias questões, nunca às nossas (2005 [2002], 125).

No sentido de confrontar a lógica desta argumentação e de melhor compreender as questões relativas à interpretação, recorre-se agora a Paul Ricoeur. Várias vezes citado — e de forma nitidamente apreciativa — por Quentin Skinner, este filósofo afasta-se porém substancialmente do autor britânico. É que embora ambos entendam os textos como processos de comunicação, Ricoeur concede especial importância às mudanças que decorrem da passagem da oralidade à escrita — algo não considerado por Skinner —, sendo precisamente sobre estas mudanças que se baseia grande parte da sua análise em *Teoria da Interpretação*. Nesta obra que, de forma clara e aprofundada, sintetiza o seu projecto hermenêutico, Ricoeur propõe-se precisamente criticar aquilo que denomina «tradição romântica da hermenêutica», a qual consistiria na redução do evento comunicacional à situação do diálogo. Daqui decorreria a sujeição da interpretação

---

<sup>19</sup> Respondendo aos críticos que o acusaram de deste modo reduzir «o estudo da história do pensamento a pouco mais do que uma visita guiada a um cemitério», Skinner defende que a relevância dos estudos de contextualização «reside no facto de nos permitir exercer uma vigilância maior perante os nossos preconceitos e os nossos sistemas de crenças e, desse modo, permite que nos situemos a nós próprios em relação ao outro e a outras formas de vida muito diferentes». Skinner continua perguntando qual a importância de, «como agora se diz, nos vermos a nós próprios como mais uma tribo entre outras?» A resposta é que, através dessa forma de situar textos e ideias, «podemos ter a expectativa de atingir um grau mais elevado de compreensão e, dessa forma, apresentar uma tolerância maior quando confrontados com elementos culturalmente diversos dos nossos. Acima de tudo, permite-nos olhar para o nosso próprio estilo de vida numa perspectiva mais autocrítica, alargando assim os nossos horizontes em vez de alimentar os nossos preconceitos» (2005 [2002], 175-176).

à compreensão, e desta ao «reconhecimento da intenção de um autor do ponto de vista dos endereçados primitivos, na situação original do discurso» (2000 [1976], 34)<sup>20</sup> — algo muito próximo daquela que já se viu ser a posição de Skinner. É preciso salientar que se Ricoeur por um lado se afasta de um dos extremos da teoria da interpretação — aquele em que esta é colocada na total dependência da intenção do autor —, por outro também não partilha a tese dos que, situando-se no extremo oposto, pretendem libertar o texto de quaisquer ligações ao contexto. Assim, afirma não pretender «opor a esta hermenêutica, baseada na categoria do evento linguístico, uma hermenêutica que seria apenas o seu oposto, como seria uma análise estrutural do conteúdo proposicional dos textos», na medida em que esta «sofreria da mesma unilateralidade não dialógica» (2000 [1976], 34) — uma asserção importante pelas implicações metodológicas que encerra.

Ricoeur defende que na escrita há uma autonomia da mensagem relativamente ao seu autor e, mais ainda, do texto relativamente ao seu contexto de produção, o que implica a refutação da asserção de Skinner de que os textos clássicos não podem senão responder às suas próprias questões. Para Ricoeur, pelo contrário, «aquilo que um texto tem para nos dizer interessa-nos hoje muito mais do que aquilo que o autor pretendia dizer» (citado em Skinner 2005 [2002], 130). A principal implicação metodológica deste princípio é que a interpretação deixa de estar submetida à contextualização.

∴

Os princípios teóricos enunciados por Skinner e Ricoeur justificam a metodologia que se propõe para a análise dos romances de Pepetela. De Skinner retém-se a importância da reconstrução do contexto argumentativo, na qual se vê uma melhor possibilidade de aceder aos sentidos do texto. Considera-se, porém, limitativa a restrição da interpretação a esta tarefa de contextualização. Crê-se, com Ricoeur, que o texto, em particular sendo um texto literário e uma narrativa fundacional das origens, pode ser estudado na dupla

---

<sup>20</sup> Por outras palavras, nesta linha tradicional da hermenêutica que, segundo Ricoeur, deriva de Schleiermacher e Dilthey, «compreender um texto é, pois, apenas um caso particular da situação dialógica em que alguém responde a mais alguém» (2000 [1976], 34).

vertente de produto de um determinado contexto e de entidade dotada de relativa autonomia, capaz de produzir sentidos para além do contexto em que foi produzido. Assim, por um lado será feito um esforço para inserir as obras literárias no contexto histórico, aqui englobando o político, o social, o económico e também o ideológico, em que foram escritas e publicadas, que certamente as influenciam e que, por outro lado, estas refractam, de um modo que, não sendo inequívoco e directo, é sempre original. Por outro lado procurar-se-á analisá-las enquanto objectos autónomos, desvendando simbologias e dispositivos retóricos que podem, ou não, ser intencionais, mas que são, não obstante, sempre significantes.